

Urna eletrônica agiliza voto, mas não evita fraude

O alerta é do especialista em segurança de computadores e professor doutor da **Unicamp** Diego Aranha, que realizou testes e constatou possibilidade de adulteração do software. Para ele, a urna é vulnerável, e o fato de não poder ser feita uma auditoria isenta no equipamento compromete a transparência do processo eleitoral. O TRE-PB discorda e diz que não se preocupa com as críticas.

» POLÍTICA / PÁG. A3

Urna eletrônica é ágil, não segura

Vulnerável. Especialista em computadores e criptografia diz que o equipamento não é capaz de prevenir fraudes



eleições 2018

Rammom Monte

A eleição deste ano está sob risco de fraudes. É o que garante o professor doutor do Instituto de Computação da **Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)**, Diego Aranha. Segundo ele, o equipamento é vulnerável e o fato de não poder ser feita uma auditoria isenta no equipamento, compromete a transparência do processo eleitoral.

"A urna eletrônica é um equipamento de votação utilizado no Brasil e, dentre muitos países do mundo que adotaram votação eletrônica, é o único equipamento que não produz um registro físico do voto. Isso limita absurdamente a capacidade de auditoria, de você verificar que o equipamento está se comportando de maneira honesta durante a eleição", explicou.

A vulnerabilidade do equipamento foi comprovada em testes de segurança realizados pela equipe do professor no período entre novembro e dezembro de 2017. De acordo com o especialista, um dos problemas encontrados foi no software da urna.

"Nos vários testes de segurança que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) organiza ao longo dos anos, já foram descobertas vulnerabilidades tanto no sigilo do voto, quanto na integridade dos resultados e do software do equipamento. Não dá para dizer que a urna eletrônica



satisfaz os requisitos mínimos de segurança e de transparência que a gente espera de um equipamento usado em eleições oficiais. Ela não tem segurança suficiente para uma eleição presidencial

com 140 milhões de votos", afirma. "A começar por não conseguir fazer uma recontagem. Qualquer adulteração no software de votação antes das eleições vai produzir fraude e é impossível

recuperar o resultado original, simplesmente porque não tem uma maneira de se fazer recontagem, que tenha uma chance de dar um resultado distinto daquele fraudado. Essa possibilidade de adulterar o software de votação antes das eleições foi demonstrada por minha equipe no teste de segurança do ano passado. É um risco real. A comunidade técnica estabelece vários requisitos, um deles é a possibilidade de auditoria e recontagem, que não são satisfeitos pela urna eletrônica", declarou.

“A possibilidade de adulterar o software de votação antes das eleições foi demonstrada por minha equipe. É um risco real”

Diego Aranha.
Professor-doutor da Unicamp



Necessidade de auditoria

Uma das soluções apontadas pelo professor, além da resolução das falhas encontradas, seria o voto impresso. Diego afirma que, com isso, seria possível realizar auditorias e o próprio eleitor trabalharia como testemunha durante o processo eleitoral.

Perguntado sobre possi-

veis fraudes em eleições anteriores, o especialista disse que não há como afirmar nada e comprovar.

"É impossível que um sistema puramente eletrônico forneça provas, além do benefício da dúvida, de que não houve fraude. Ele não possui um registro que uma pessoa consiga auditar

e verificar que nunca foi modificado, então não dá para afirmar que não houve fraude. O TSE diz que não houve porque eles confiam no próprio equipamento, mas essa afirmação não pode ser verificada independentemente por um especialista que não trabalha no Tribunal", apontou.